



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Capitão Poço**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

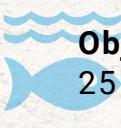
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Capitão Poço (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

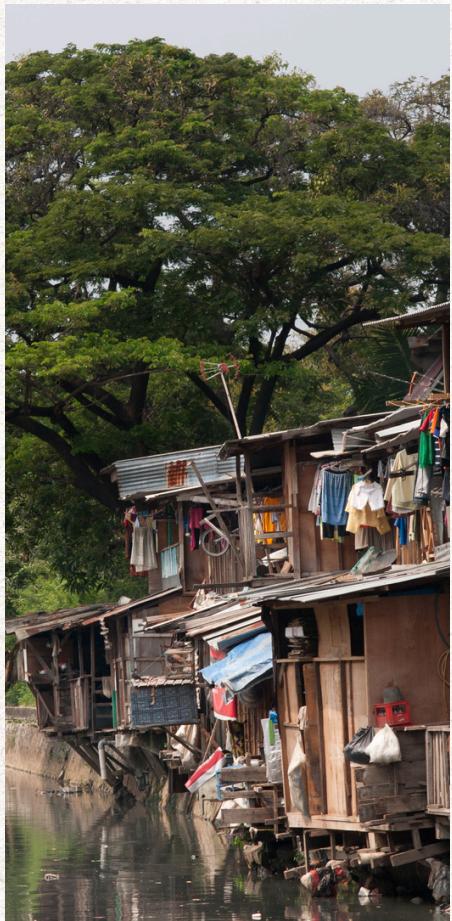
desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

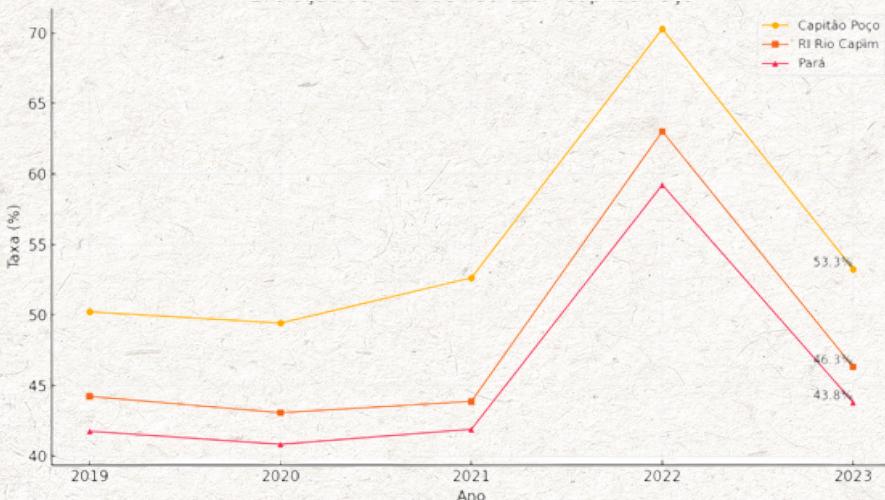
Em Capitão Poço, a taxa de pobreza iniciou em 2019 com 50,3%, mantendo-se estável até 2021, quando subiu para 52,8%. Em 2022, houve um pico expressivo, atingindo 70,4%, seguido de queda para 53,3% em 2023. Na RI Rio Capim, a evolução foi semelhante, partindo de 44,2% em 2019, caindo levemente até 2020 (43,0%) e depois subindo até 63,0% em 2022, recuando a 46,3% em 2023. Já o Pará apresentou trajetória parecida, saindo de 41,7% em 2019 e chegando a 59,1% em 2022, com posterior redução para 43,8%. O dado de 2022 marca um ponto crítico para todas as esferas, seguido de melhoria em 2023 (Gráfico 1).



O ano de 2022 se destaca como um ápice de vulnerabilidade social, indicando agravamento das condições econômicas possivelmente por reflexos da pandemia. A recuperação observada em 2023 ainda mantém os indicadores acima dos níveis pré-pandemia. O município de Capitão Poço continua apresentando taxas superiores às médias da sua Região de Integração e do estado, revelando maior concentração de pobreza. Esse dado ressalta a necessidade de políticas públicas mais incisivas no município, sobretudo voltadas à geração de renda e inclusão produtiva (Gráfico 1).



Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

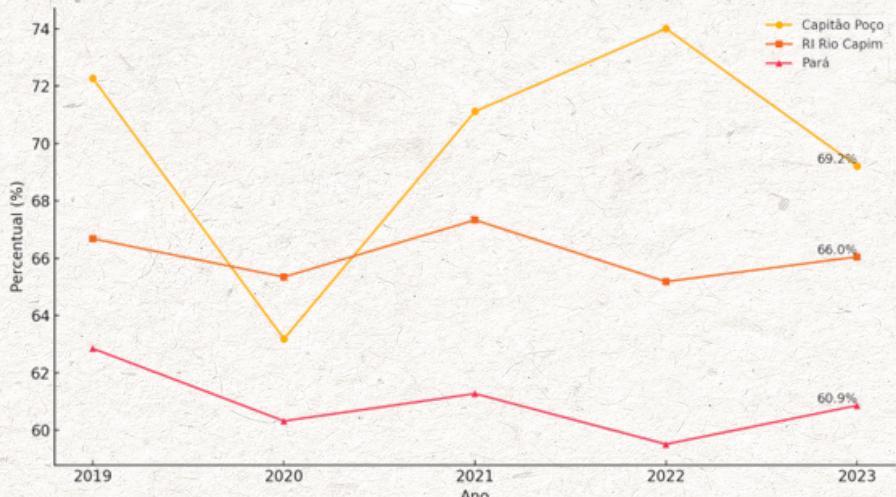
Capitão Poço apresentou em 2019 um percentual de 72,2% de suas despesas públicas voltadas para serviços essenciais. Em 2020, esse valor caiu para 63,2%, mas retomou o crescimento em 2021 (71,3%) e atingiu o pico em 2022 com 74,1%. Em 2023, houve uma leve retração para 69,2%. A RI Rio Capim manteve-se mais estável, variando de 66,7% em 2019 a 66,0% em 2023, com pequenas oscilações entre os anos. O estado do Pará apresentou os menores percentuais entre os três territórios, iniciando com 62,8% em 2019, caindo para 59,4% em 2022 e subindo ligeiramente para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

A oscilação das despesas essenciais em Capitão Poço pode refletir estratégias de rea-

dequação orçamentária ao longo do tempo, com destaque para o esforço de retomada após o decréscimo de 2020, possivelmente afetado pela pandemia. O município se manteve, durante todo o período, acima da média estadual e regional, indicando priorização mais intensa desses serviços. A estabilidade observada na RI Rio Capim, por sua vez, revela uma alocação mais constante, embora sem crescimento expressivo. Já o desempenho do Pará indica desafios persistentes na priorização de recursos para áreas essenciais, o que pode impactar diretamente a qualidade de vida da população em escala estadual (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



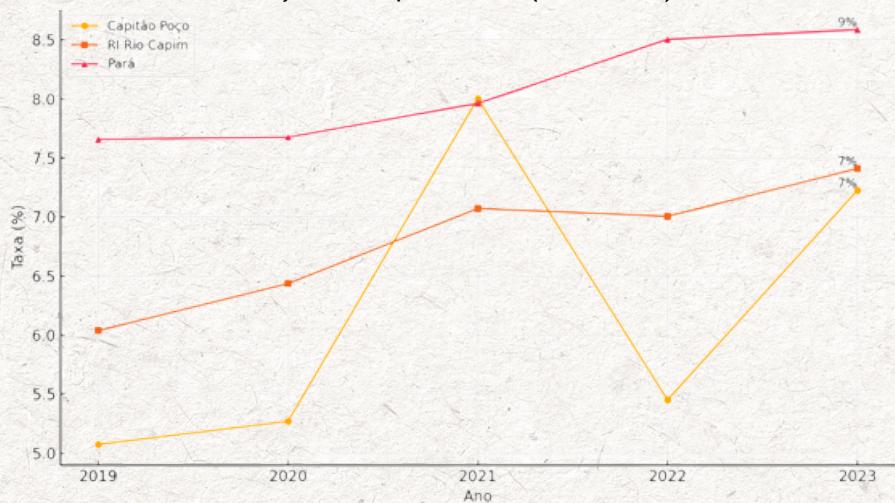
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Capitão Poço começou 2019 com uma taxa de 5,1% de crianças com baixo peso ao nascer, que subiu para 8,0% em 2021, caiu para 5,4% em 2022 e voltou a crescer para 7,0% em 2023. A RI Rio Capim apresentou crescimento constante de 6,0% em 2019 para 7,0% em 2023, com leve oscilação. O estado do Pará manteve tendência de alta gradual, partindo de 7,7% em 2019 para 9,0% em 2023. Apesar das variações, os patamares regionais e estaduais permanecem acima dos registrados em Capitão Poço na maior parte do período (Gráfico 3).

O aumento abrupto observado em Capitão Poço em 2021, seguido da queda em 2022 e novo aumento em 2023, sugere vulnerabilidades pontuais nos serviços de saúde materno-infantil ou variações na qualidade do pré-natal. Mesmo com o Pará apresentando os maiores percentuais, a tendência de alta contínua na região é preocupante. A estabilidade em níveis elevados reflete persistência de fatores estruturais que afetam o bem-estar neonatal, como acesso insuficiente à nutrição adequada, educação materna e serviços obstétricos de qualidade (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



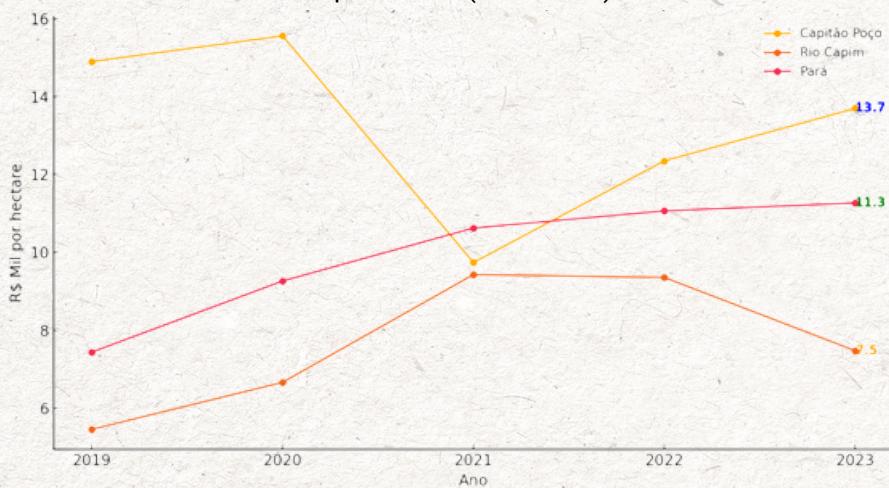
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Capitão Poço começou 2019 com uma produtividade agrícola de R\$ 15,0 mil/hectare, subiu para R\$ 15,6 mil em 2020, mas caiu significativamente em 2021 para R\$ 9,8 mil. A partir de 2022, houve recuperação para R\$ 12,4 mil e crescimento contínuo até R\$ 13,7 mil em 2023. A RI Rio Capim teve evolução de R\$ 5,4 mil em 2019 para R\$ 6,6 mil em 2020, subindo para R\$ 9,4 mil em 2021 e mantendo estabilidade em 2022 (R\$ 9,3 mil), mas com queda para R\$ 7,5 mil em 2023. Já o Pará iniciou com R\$ 7,5 mil em 2019 e chegou a R\$ 11,3 mil em 2023 (Gráfico 4).

O Capitão Poço, apesar da queda acentuada

em 2021, manteve-se ao longo do período como o território com maior produtividade agrícola dentre os três. Essa oscilação pode ser atribuída a fatores como variações climáticas, custos de insumos e políticas de incentivo à produção. A queda recente na RI Rio Capim em 2023 e a estabilidade no Pará sinalizam desafios em escala regional quanto à eficiência produtiva. O desempenho de Capitão Poço, apesar das oscilações, destaca sua relevância no contexto agropecuário da região, indicando potencial de retomada e expansão se houver apoio técnico e financeiro adequado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

A queda em 2023 em Capitão Poço foi expressiva, com a menor taxa do período. As fortes oscilações no município podem indicar variações no acesso ou qualidade da atenção neonatal e pré-natal. A estabilidade da RI e do estado do Pará sugere uma estrutura mais consolidada, porém com taxas elevadas, acima de 12 por mil. A média estadual sem melhorias visíveis revela a necessidade de reforço contínuo em políticas de saúde infantil. A redução em Capitão Poço, se mantida, representa avanço importante na redução de vulnerabilidades no início da vida (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

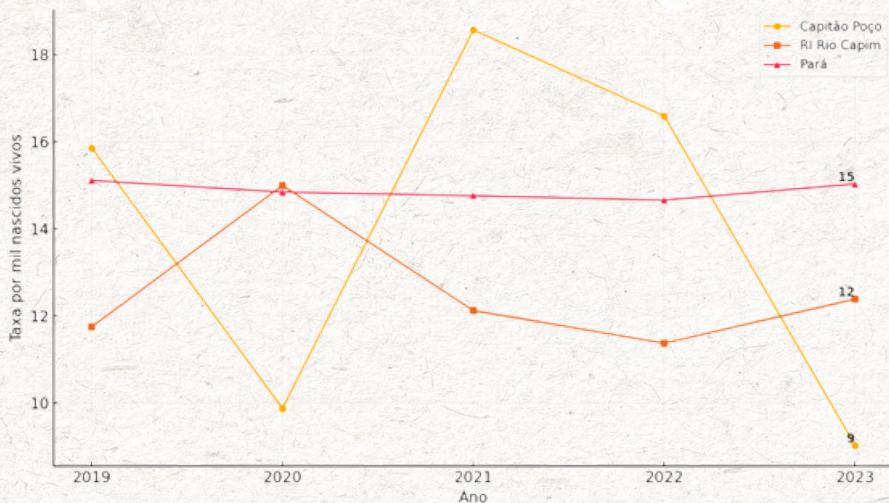
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Capitão Poço, a taxa de mortalidade infantil variou de forma acentuada: iniciou em 2019 com 15,9, caiu drasticamente para 9,9 em 2020, subiu para o pico de 18,6 em 2021, reduziu para 16,6 em 2022 e chegou a 9,0 em 2023. Na RI Rio Capim, a taxa se manteve mais estável, oscilando entre 11,7 (2019) e 14,9 (2020), encerrando 2023 em 12,3. Já o estado do Pará permaneceu relativamente constante, iniciando em 15,1 em 2019, mantendo-se entre 14,7 e 14,9 até 2022, e atingindo 15,0 em 2023 (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

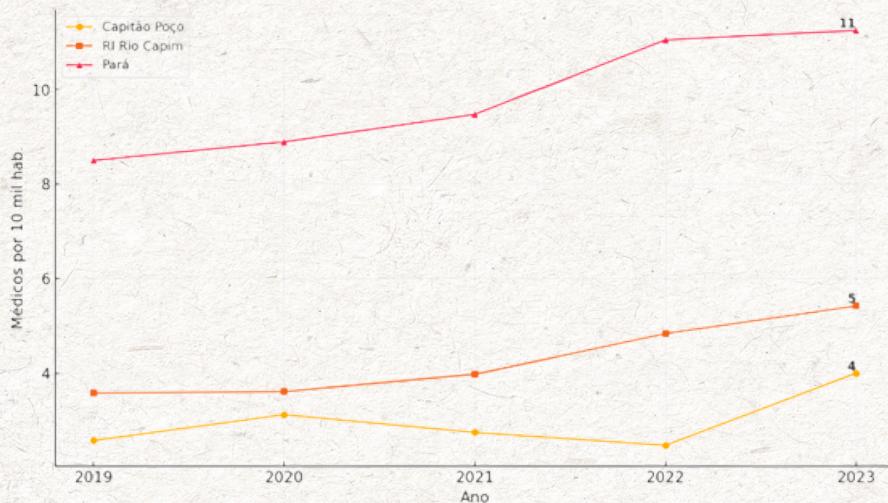
Capitão Poço partiu de 2,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019, subiu levemente até 3,1 em 2020, caiu para 2,9 em 2021 e 2,6 em 2022, encerrando com 4,0 em 2023. A RI Rio Capim mostrou evolução gradual de 3,6 (2019) para 5,3 (2023), com crescimento constante a partir de 2021. O estado do Pará iniciou com 8,5 médicos por 10 mil hab. em 2019 e teve crescimento expressivo, atingindo 11,0 em 2022 e 11,3 em 2023 (Gráfico 6).

Embora tenha melhorado em 2023, Capitão Poço ainda apresenta cobertura médi-

ca inferior às médias regional e estadual, evidenciando uma carência de profissionais da saúde. O crescimento do Pará é notável, com reforço significativo da força médica no estado nos últimos anos, possivelmente atrelado a políticas de interiorização ou expansão da saúde pública. A evolução contínua na RI também é um indicativo positivo, enquanto Capitão Poço precisa de ações mais robustas para garantir acesso adequado à saúde (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Capitão Poço iniciou com 223 vagas por mil hab. em 2019, reduziu levemente para 220 em 2020, atingiu o pico de 227 em 2021, mas teve queda abrupta para 207 em 2022 e 181 em 2023. A RI Rio Capim manteve média elevada até 2022 (231 vagas), mas caiu para 210 em 2023. O estado do Pará apresentou comportamento semelhante, iniciando com 211 em 2019 e terminando com 198 em 2023, também com tendência de queda no final da série (Gráfico 7).

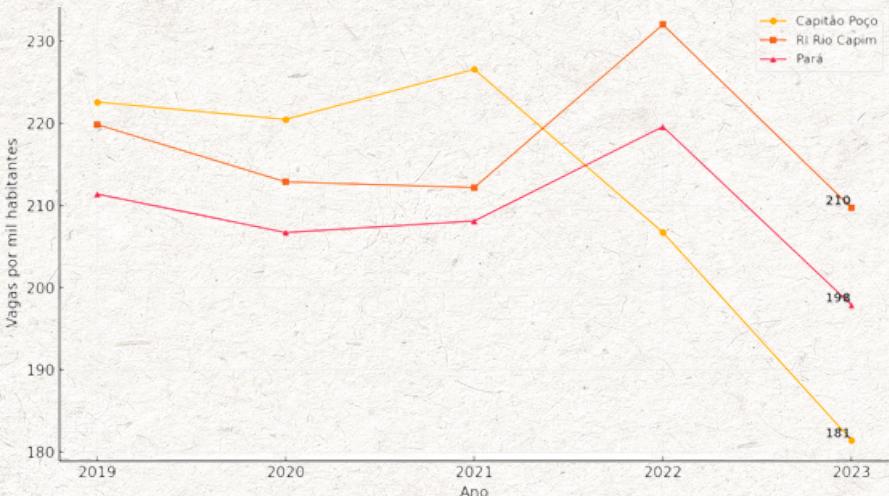
A retração nas vagas, especialmente em Capitão Poço,

levanta preocupações quanto à capacidade de atendimento da rede pública, podendo refletir desinvestimentos ou mudanças demográficas. A redução nos três níveis territoriais indica um fenômeno mais amplo, talvez relacionado a reorganizações na rede de ensino ou queda na demanda educacional. Ainda assim, a manutenção de bons níveis em anos anteriores evidencia potencial de recuperação mediante replanejamento e investimentos direcionados (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 181 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

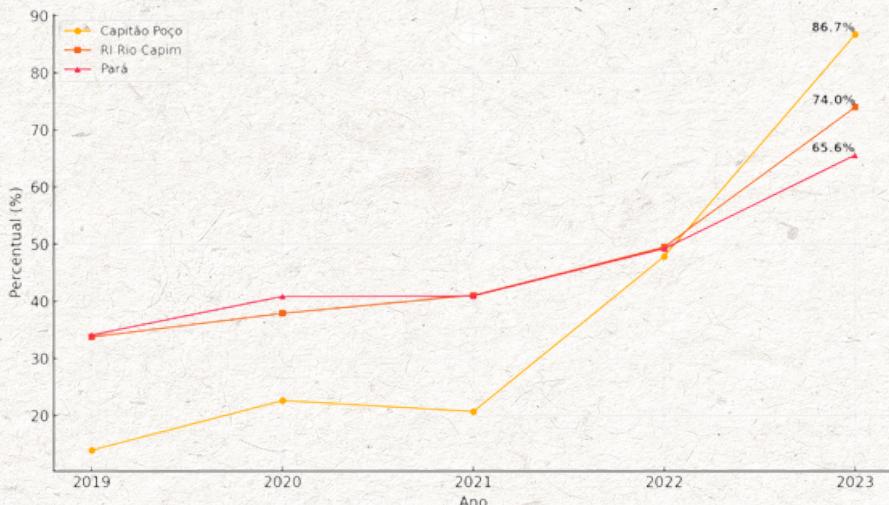
Em Capitão Poço, o percentual de escolas com acesso à internet saiu de 13,9% em 2019 para 22,6% em 2020, subiu levemente em 2021 (21,0%) e teve forte expansão a partir de 2022, atingindo 48,3% e culminando em 86,7% em 2023. Na RI Rio Capim, o índice subiu de 34,3% em 2019 para 74,0% em 2023. O estado do Pará passou de 34,1% em 2019 para 65,6% em 2023, com crescimento gradual e constante (Gráfico 8).

Esse avanço acentuado em Capitão Poço

nos últimos dois anos revela uma priorização significativa na infraestrutura digital educacional, provavelmente impulsionada por iniciativas pós-pandemia. Apesar de ter iniciado em patamares muito inferiores, o município ultrapassou as médias regional e estadual em 2023. Esse avanço pode contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade da educação, sobretudo com o fortalecimento de práticas pedagógicas mediadas por tecnologia e acesso a conteúdos digitais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

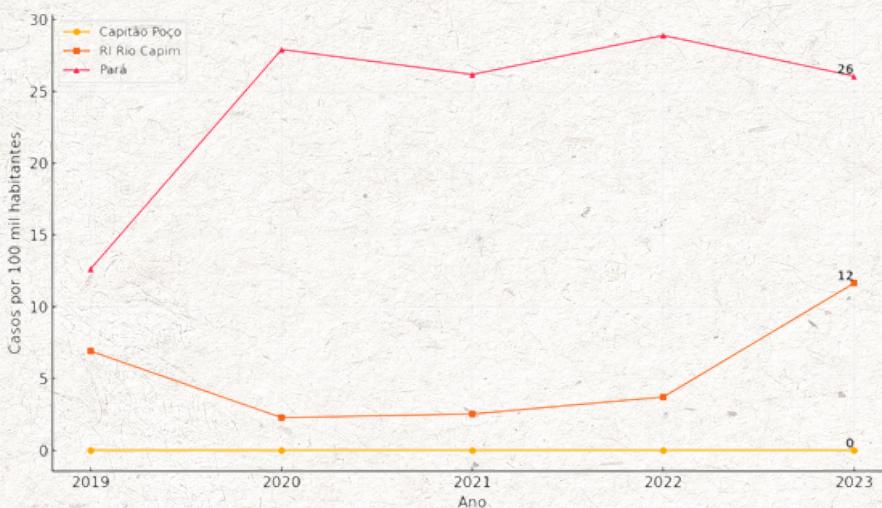


Capitão Poço apresentou taxa nula de violência contra a mulher por parceiros de 2019 a 2023, registrando 0 casos por 100 mil habitantes durante todo o período. Na Região de Integração Rio Capim, o indicador iniciou em 7,0 em 2019, caiu para 2,4 em 2020, e manteve crescimento contínuo até atingir 12,0 em 2023. Já o estado do Pará registrou aumento brusco de 12,7 em 2019 para 28,1 em 2020, estabilizando-se nos anos seguintes em torno de 26,0 a 29,0, encerrando 2023 com 26,0 (Gráfico 9).



A persistência do valor nulo em Capitão Poço pode refletir subnotificação, ausência de registro ou real ausência de casos, embora o cenário estadual aponte para um grave problema estrutural. O crescimento constante na RI Rio Capim exige atenção, revelando uma piora progressiva da violência doméstica. Já no estado do Pará, os números elevados e relativamente estáveis desde 2020 evidenciam a necessidade de políticas públicas urgentes voltadas à prevenção, acolhimento das vítimas e enfrentamento da violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

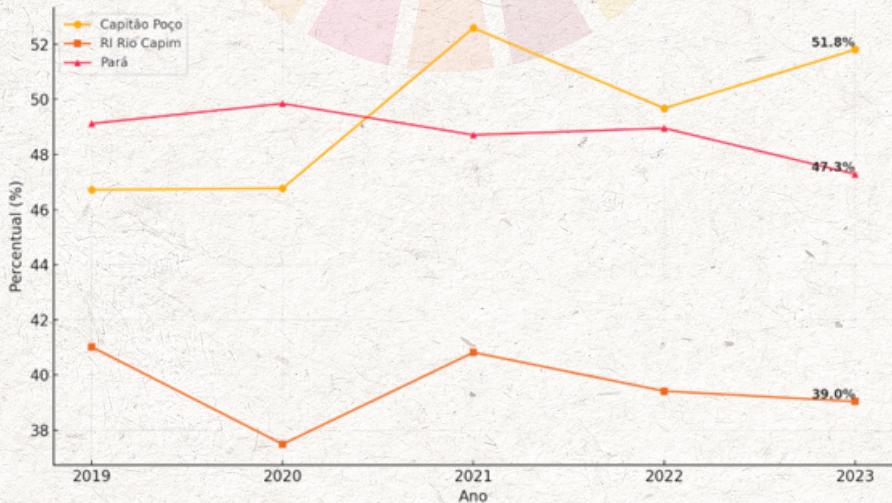
Em Capitão Poço, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres manteve-se estável entre 2019 e 2020 em 46,7%, subindo para 52,5% em 2021, recuando levemente para 49,6% em 2022, e fechando 2023 em 51,8%. A RI Rio Capim variou de 41,0% em 2019 para 39,0% em 2023, com leve queda no período. O Pará manteve estabilidade, oscilando entre 49,0% e 50,0% até 2022, encerrando com 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





Capitão Poço apresenta desempenho positivo, com aumento do protagonismo feminino na ocupação de cargos de liderança. Isso sugere avanço na equidade de gênero no ambiente institucional, superando inclusive os percentuais estadual e regional. Por outro lado, a RI Rio Capim apresentou tendência de redução, o que pode refletir barreiras à ascensão profissional das mulheres. O estado do Pará manteve bons níveis de participação feminina, embora com leve queda em 2023, o que reforça a importância de políticas de valorização e capacitação (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Capitão Poço, o percentual de população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto passou de 1,6% em 2019 para 4,9% em 2023, apresentando crescimento constante. Na RI Rio Capim, o índice também aumentou, de 1,2% para 2,2% no mesmo intervalo. O estado do Pará apresentou os maiores valores, subindo de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com trajetória ascendente (Gráfico 11).

Apesar do baixo ponto de partida, Capitão Poço demonstrou avanço contínuo, mais que triplicando o percentual em cinco anos, o que sugere investimentos progressivos em saneamento básico voltado à população vulnerável. Ainda assim, os valores permanecem muito baixos em comparação ao estado, indicando desafios estruturais significativos. A RI Rio Capim também melhorou, mas em ritmo mais lento. Os dados estaduais reforçam a urgência em ampliar o alcance da coleta de esgoto, sobretudo nas camadas mais pobres (Gráfico 11).

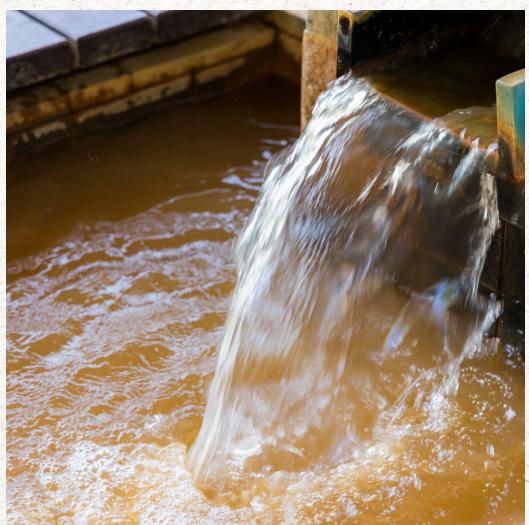
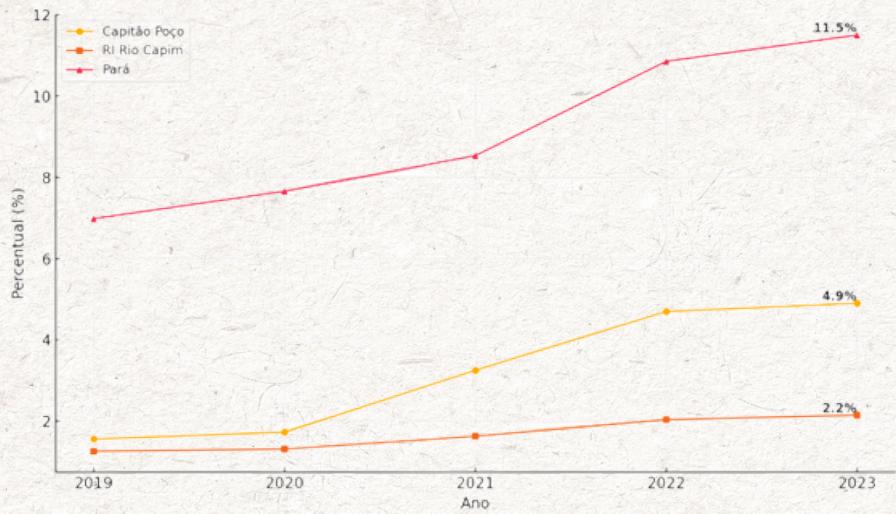




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Capitão Poço x RI Rio Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Capitão Poço iniciou 2019 com gasto de R\$ 15,00 por habitante, caiu para R\$ 11,00 em 2020, manteve-se em R\$ 14,00 em 2021, teve forte queda para R\$ 4,00 em 2022, e subiu novamente para R\$ 18,00 em 2023. A RI Rio Capim cresceu de R\$ 44,00 em 2019 para R\$ 62,00 em 2023. O Pará teve os maiores gastos, iniciando com R\$ 79,00 e chegando a R\$ 137,00 em 2023, após um pico de R\$ 153,00 em 2022 (Gráfico 12).

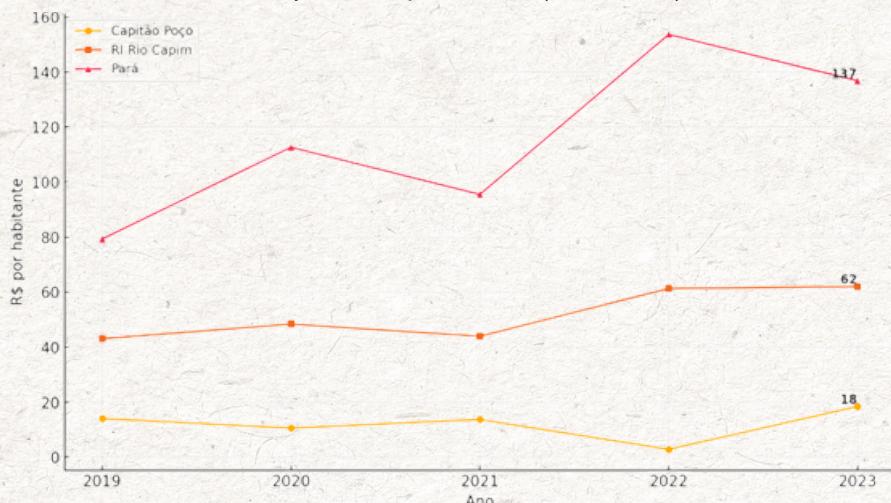
A volatilidade dos gastos em Capitão Poço demonstra inconsistência na priorização

orçamentária para o setor, o que pode comprometer a continuidade de melhorias na infraestrutura de saneamento. A elevação em 2023 é positiva, mas insuficiente frente à média estadual e regional. A RI Rio Capim teve crescimento constante, e o Pará investiu substancialmente no setor, com valores mais que o dobro da média regional. Esses contrastes indicam desigualdade nos investimentos, exigindo maior equilíbrio e planejamento estratégico no nível municipal (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

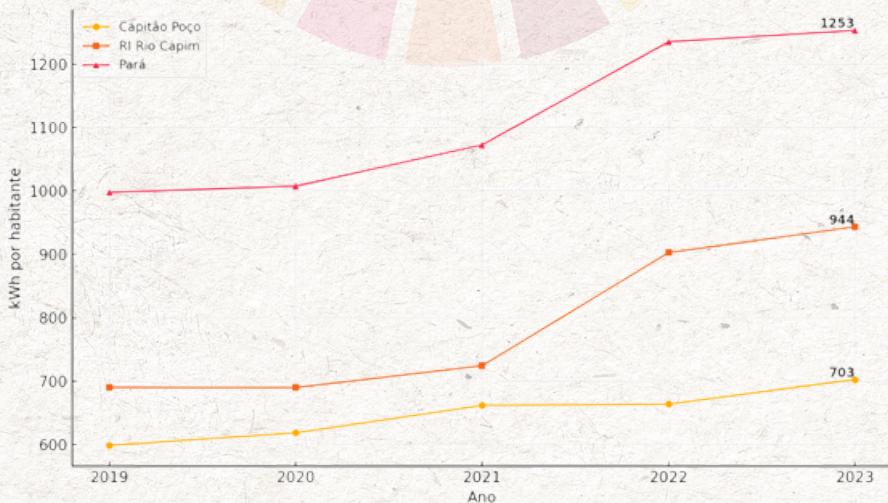


Em Capitão Poço, o consumo de energia elétrica per capita cresceu de 600 kWh/hab. em 2019 para 703 kWh/hab. em 2023, com aumentos graduais ao longo dos anos. A Região de Integração Rio Capim iniciou em 690 kWh/hab., manteve-se estável até 2020, e cresceu até 944 kWh/hab. em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. O estado do Pará, por sua vez, teve o maior crescimento absoluto, saindo de 998 kWh/hab. em 2019 e chegando a 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).



A trajetória revela expansão do acesso à eletricidade e uso de equipamentos elétricos nos três níveis territoriais. Apesar disso, Capitão Poço mantém consumo significativamente abaixo das médias regional e estadual, indicando uma possível limitação de infraestrutura ou menor capacidade de consumo das famílias. O desempenho do Pará reflete um avanço robusto na eletrificação e na urbanização, enquanto a RI Rio Capim acompanha esse movimento em menor intensidade. Os dados indicam desigualdade territorial no consumo e sinalizam a importância de políticas de modernização e universalização da energia elétrica (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 703 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

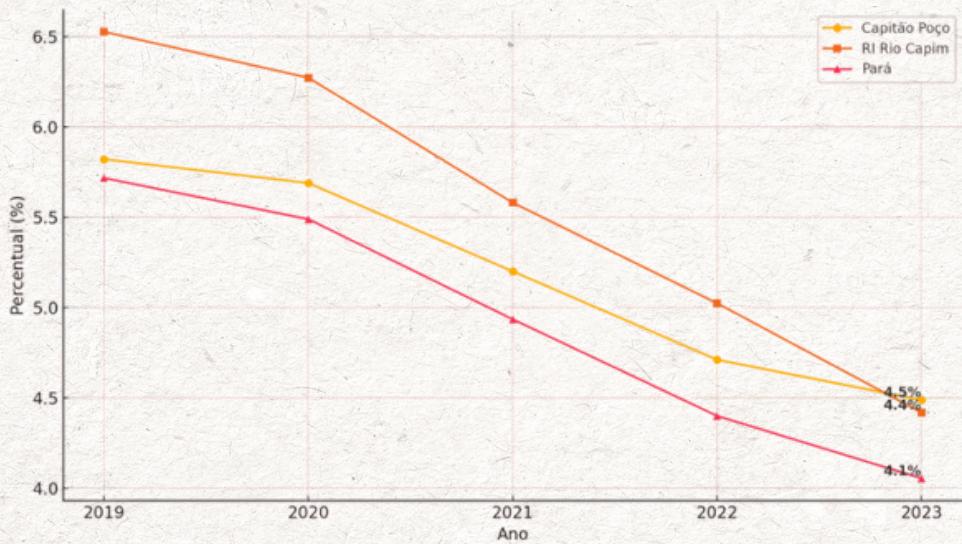
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Capitão Poço, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizavam iluminação fóssil caiu de 5,8% em 2019 para 4,4% em 2023, com reduções graduais ano a ano. A Região de Integração Rio Capim iniciou com 6,5%, apresentando redução contínua até atingir 4,5% em 2023. O estado do Pará também acompanhou essa tendência de queda, saindo de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, sendo o território com o menor valor no ano final (Gráfico 14).



A trajetória revela avanços consistentes na substituição de fontes fósseis por eletricidade, com melhora generalizada nos três níveis. Capitão Poço, embora partisse de um patamar intermediário, encerrou o período com resultado inferior ao da sua região, demonstrando progresso relativo. A redução contínua indica sucesso de políticas de expansão da rede elétrica e combate à precariedade energética em áreas vulneráveis. Mesmo com valores próximos entre os territórios, a meta futura deve ser a erradicação total da iluminação fóssil, dada sua associação com riscos à saúde e insegurança energética (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



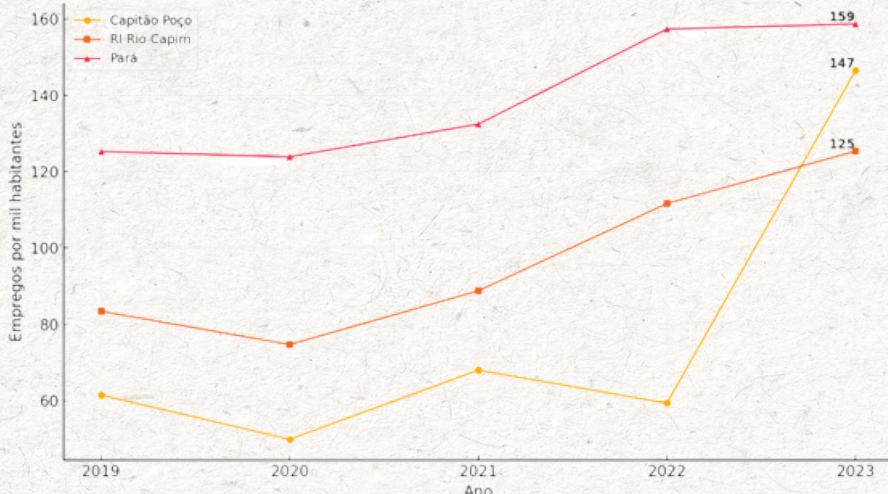
Empregos Formais por Mil Habitantes

A evolução recente em Capitão Poço foi significativa, especialmente entre 2022 e 2023, com aumento de quase 150%, o que pode refletir investimentos pontuais ou ampliação de setores formais da economia local. Ainda assim, o município esteve abaixo da média estadual e regional até 2022, evidenciando fragilidade estrutural no mercado de trabalho formal. A trajetória da RI Rio Capim, embora mais estável, também aponta avanço importante, mas com intensidade inferior. Já o Pará demonstrou crescimento consistente, indicando melhorias no ambiente econômico e na geração de emprego com carteira assinada no estado como um todo (Gráfico 15).

Capitão Poço iniciou 2019 com 61 empregos formais por mil habitantes, caiu para 50 em 2020, teve leve recuperação para 68 em 2021, recuou ligeiramente para 59 em 2022, e encerrou 2023 com um salto expressivo para 147. A Região de Integração Rio Capim variou de 84 (2019) para 75 (2020), avançando até 125 em 2023, com crescimento contínuo nos últimos três anos. O estado do Pará começou com 126 empregos por mil hab. em 2019 e alcançou 159 em 2023, mantendo-se como o mais elevado entre os três níveis ao longo de todo o período (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 147 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Em Capitão Poço, o PIB per capita saltou de R\$ 9.176 em 2018 para R\$ 13.303 em 2019, manteve-se estável em 2020 (R\$ 13.270), caiu para R\$ 11.541 em 2021, e voltou a crescer para R\$ 13.351 em 2022. A RI Rio Capim partiu de R\$ 13.313, com aumentos progressivos até R\$ 21.977 em 2022. O estado do Pará apresentou crescimento contínuo e vigoroso, saindo de R\$ 18.984 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, sendo o território com o maior valor em todos os anos observados (Gráfico 16).

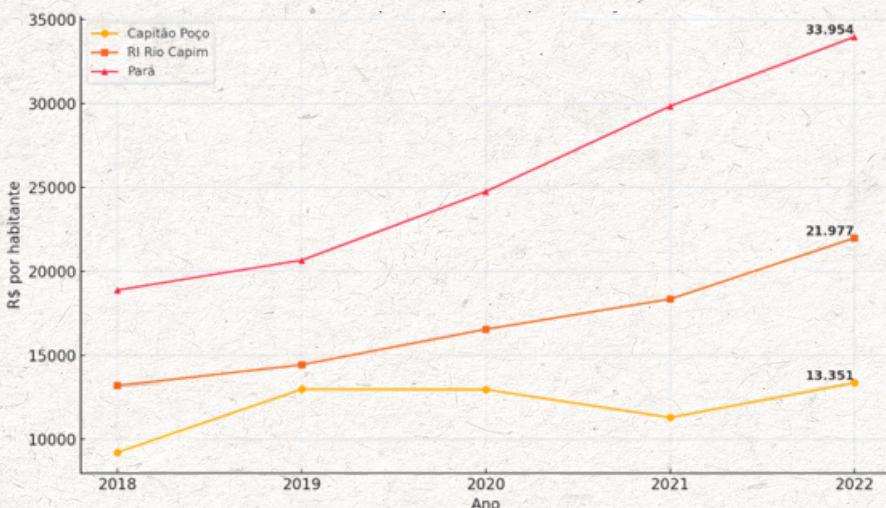
A oscilação do PIB per capita de Capitão Poço indica uma economia local mais vulnerável



a flutuações externas, especialmente em 2021, quando houve uma retração acentuada. Em contraste, tanto a RI quanto o estado mantiveram ritmo de crescimento constante, refletindo dinamismo econômico mais robusto e diversificado. A defasagem entre o município e os demais evidencia a necessidade de políticas de desenvolvimento produtivo e diversificação econômica local. Apesar da recuperação em 2022, Capitão Poço ainda está distante dos patamares observados na região e no estado, o que limita a renda média e o bem-estar da população (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13.351/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



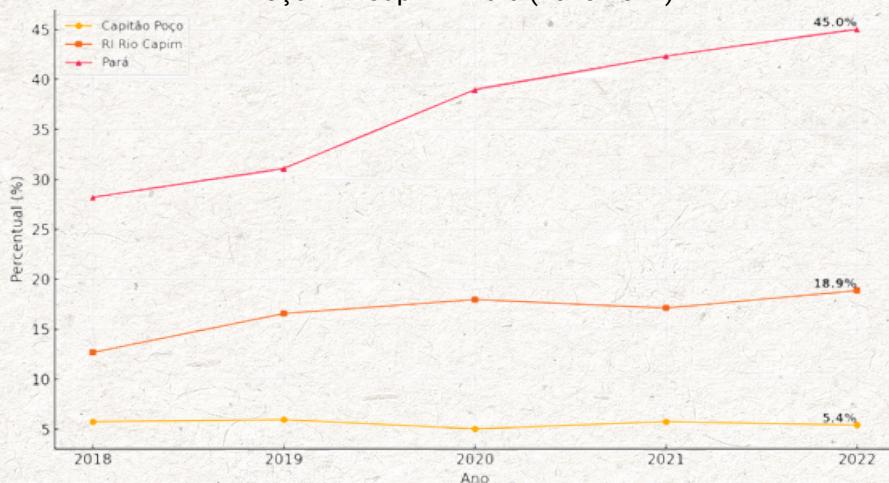
Em Capitão Poço, a participação da indústria no PIB foi bastante baixa e estável, iniciando com 5,6% em 2018, mantendo-se em torno desse valor e encerrando com 5,4% em 2022. A RI Rio Capim mostrou desempenho moderado, crescendo de 12,7% em 2018 para 18,9% em 2022. Já o estado do Pará apresentou forte presença industrial, com aumento de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022, revelando seu peso no desenvolvimento econômico estadual (Gráfico 17).

A tímida participação da indústria em Capitão Poço sugere predominância de setores primários e terciários na estrutura produtiva local. A baixa contribuição industrial compromete a diversificação econômica e limita o potencial de agregação de valor e geração de empregos de qualidade. A RI Rio Capim demonstrou um setor industrial mais atuante, ainda que distante dos níveis estaduais. O desempenho expressivo do Pará no indicador destaca a força do setor industrial, notadamente nas áreas de mineração, transformação e energia, como pilares do crescimento estadual recente (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Capitão Poço apresentou forte oscilação no indicador: partiu de 9,8 profissionais em 2019, caiu para 5,1 em 2020, subiu para 11,1 em 2021, voltou a cair para 5,2 em 2022 e, finalmente, disparou para 50,0 em 2023. A Região de Integração Rio Capim teve trajetória mais estável, iniciando com 8,9 e finalizando com 16,0 profissionais por 100 mil hab. O



estado do Pará apresentou evolução gradual de 16,7 em 2019 para 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

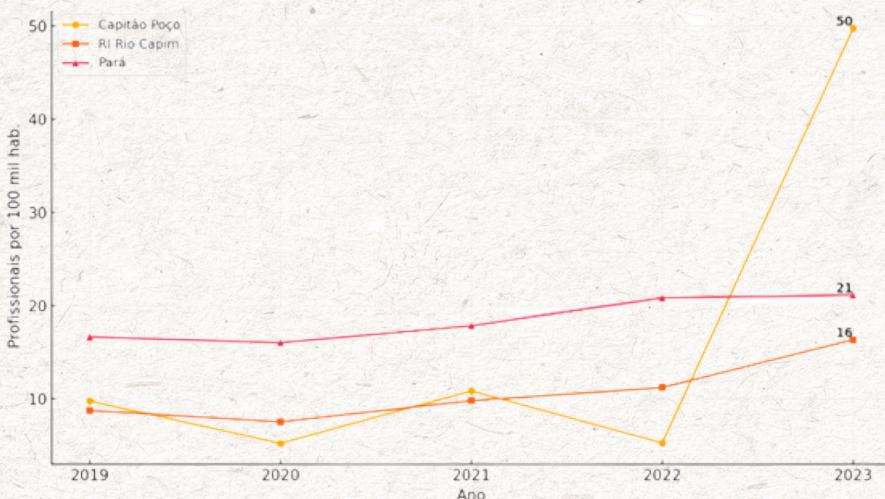
O salto de Capitão Poço em 2023 é expressivo e sugere en-

trada massiva de profissionais da ciência ou melhoria na sua identificação e registro. Apesar da alta recente, o município manteve desempenho irregular ao longo do período, o que pode indicar fragilidade institucional ou dependência de iniciativas pontuais. A RI Rio Capim, com crescimento moderado e contínuo, demonstra maior consistência. O Pará, por sua vez, lidera durante todo o período, refletindo políticas mais estruturadas de ciência, tecnologia e inovação (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Capitão Poço, o peso da massa salarial dos vínculos formais no PIB iniciou em 0,83% em 2019, recuou para 0,66% em 2020, subiu para 0,99% em 2021 e finalizou em 0,89% em 2022. A RI Rio Capim variou de 1,16% (2019) para 1,38% (2022), com tendência de recuperação após queda em 2020. O estado do Pará partiu de 1,62%, caiu para 1,26% em 2021 e terminou em 1,72% em 2022, com a maior participação entre os três (Gráfico 19).

Capitão Poço manteve a menor proporção de massa salarial formal em relação ao PIB em

todos os anos, o que indica que a renda do trabalho formal tem impacto limitado na economia local. A elevação em 2021 não se sustentou em 2022, revelando certa instabilidade. A RI Rio Capim mostrou trajetória ascendente e mais estável, enquanto o estado do Pará conseguiu superar as perdas da pandemia e atingir um novo pico. Os dados sugerem que o município precisa ampliar a formalização do trabalho e a valorização salarial para que o crescimento econômico tenha maior efeito redistributivo (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

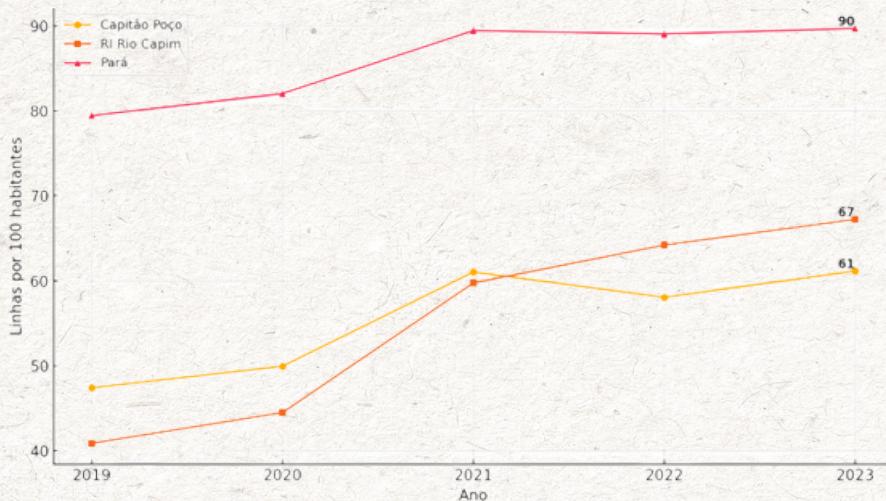
Em Capitão Poço, o número de linhas móveis por 100 habitantes aumentou de 47,4 em 2019 para 61,1 em 2023, com pico em 2021 (61,5) e leve queda em 2022 (58,1). Na RI Rio Capim, o crescimento foi mais intenso, saindo de 40,9 para 67,0 no mesmo período, com progressão contínua. Já o estado do Pará apresentou os maiores níveis, partindo de 79,2 em 2019 e alcançando 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

A evolução positiva em Capitão Poço indica expansão do acesso à telefonia móvel, embora em ritmo inferior à média estadual. A RI Rio Capim superou o município a partir de 2022, evidenciando maior dinamismo na inclusão digital. O Pará manteve posição de liderança, o que pode estar associado à concentração urbana e maior presença de operadoras. A diferença entre os níveis evidencia desigualdade territorial no acesso às tecnologias de comunicação, especialmente em regiões do interior (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

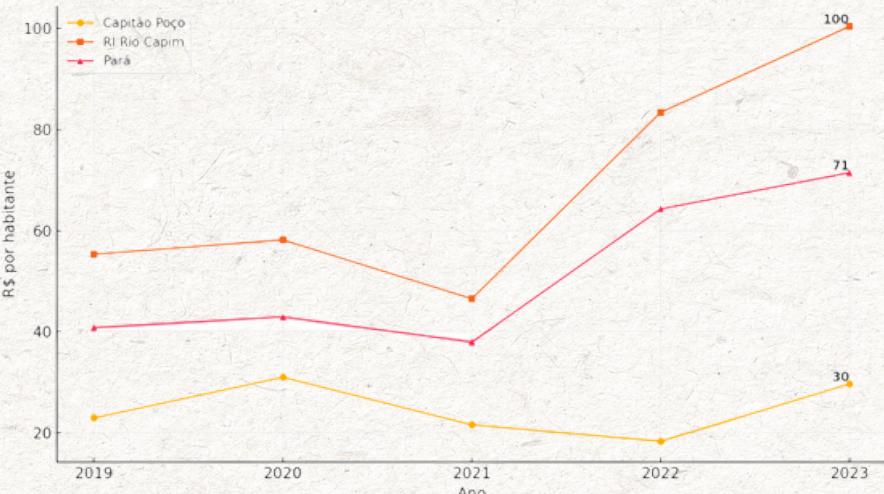
Capitão Poço apresentou variação de R\$ 22,8 em 2019 para R\$ 30,2 em 2023, com queda em 2022 para R\$ 18,0. A Região de Integração Rio Capim cresceu de R\$ 55,4 para R\$ 100,0 no mesmo intervalo, com salto expressivo a partir de 2022. Já o estado do Pará iniciou com R\$ 40,8, oscilou ao longo dos anos, e encerrou 2023 em R\$ 71,1 por habitante (Gráfico 21).

Apesar do aumento final em Capitão Poço, os valores se mantiveram baixos em rela-

ção às demais esferas, refletindo limitação no financiamento de ações culturais e ambientais. A RI demonstrou forte incremento recente, possivelmente relacionado a políticas regionais ou parcerias institucionais. O crescimento do estado sugere maior priorização orçamentária desses setores. A baixa média municipal ressalta a necessidade de ampliar o investimento local nessas áreas, importantes para a identidade cultural e sustentabilidade (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





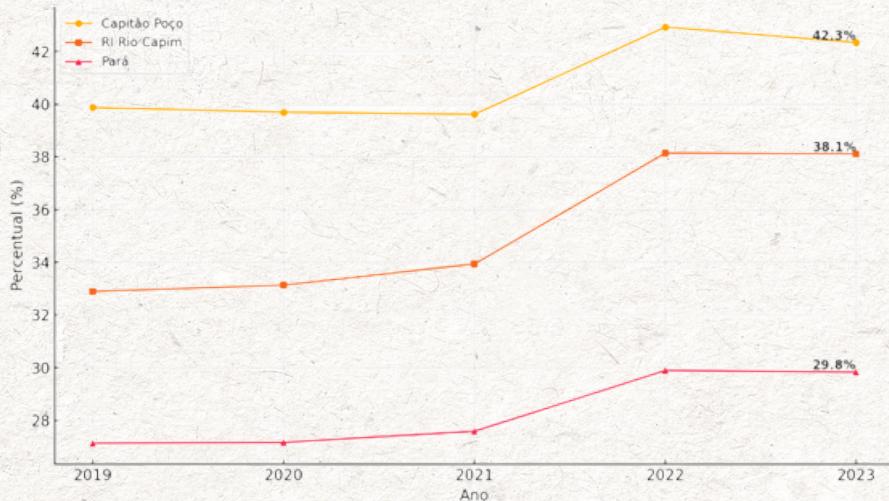
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Capitão Poço, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo se manteve estável entre 2019 (39,9%) e 2021 (39,6%), mas aumentou para 42,7% em 2022 e fechou em 42,3% em 2023. A RI Rio Capim cresceu de 32,8% para 38,1% no mesmo período, com maior elevação entre 2021 e 2022. O Pará variou de 27,1% para 29,8%, apresentando o menor percentual em todos os anos (Gráfico 22).

O crescimento recente em Capitão Poço e na região indica retrocesso ambiental, pro-

vavelmente ligado à insuficiência na cobertura da coleta regular de resíduos. A estabilidade anterior não significava melhoria, mas sim estagnação em um patamar elevado de precariedade. O Pará, embora em melhor situação relativa, também apresenta desafio estrutural na gestão de resíduos sólidos em comunidades vulneráveis. A redução desse indicador exige políticas integradas de coleta seletiva, inclusão social e educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



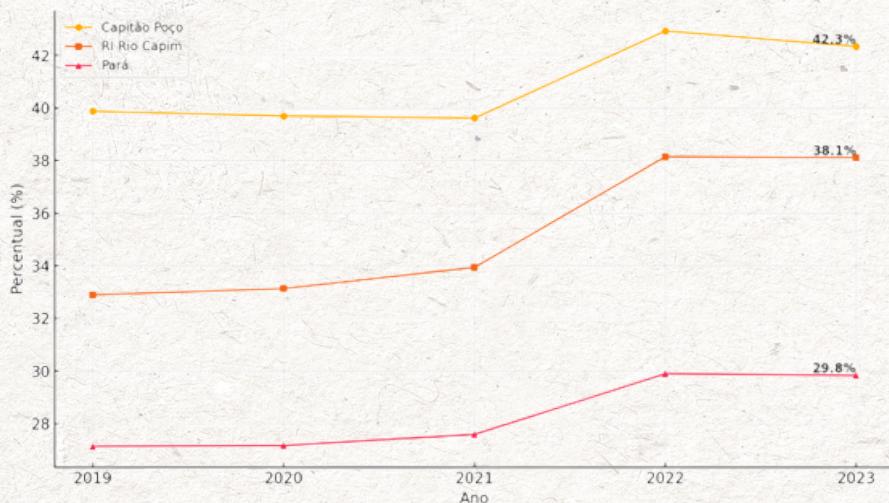
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Capitão Poço, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou de 40,6% em 2019 para 64,5% em 2023. A RI Rio Capim seguiu tendência similar, indo de 55,7% para 64,5%. Já o estado do Pará teve elevação mais moderada, de 43,6% para 51,3% no mesmo período (Gráfico 23).

O crescimento acentuado desse indicador em Capitão Poço evidencia deterioração no acesso a sistemas adequados de esgotamen-

to sanitário para os mais pobres. A presença de fossas rudimentares está associada a riscos à saúde pública e contaminação do solo e da água. A situação é agravada na RI, que ultrapassou os 64% em 2023. O dado estadual, embora menos alarmante, também revela avanço da precariedade, exigindo ações urgentes para universalizar o saneamento em áreas socialmente vulneráveis (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



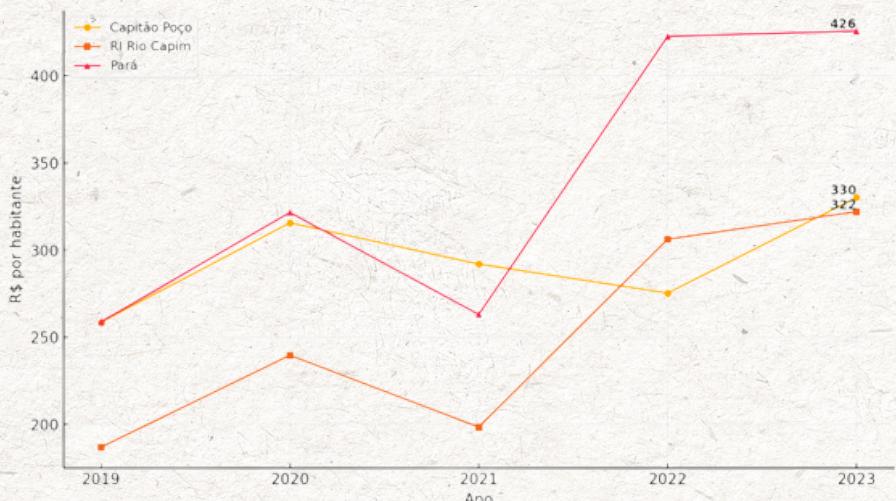
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Capitão Poço, os gastos per capita com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 258,2 em 2019, atingiram pico em 2020 com R\$ 316,3, recuperaram nos dois anos seguintes (R\$ 292,2 em 2021 e R\$ 275,4 em 2022), e subiram novamente em 2023 para R\$ 330,1. A Região de Integração Rio Capim teve um aumento mais acentuado no período: de R\$ 185,3 em 2019 para R\$ 322,3 em 2023. Já o estado do Pará apresentou a maior variação, crescendo de R\$ 258,2 em 2019 para expressivos R\$ 426,3 em 2023 (Gráfico 24).



O desempenho de Capitão Poço revela um esforço relativamente consistente em investir em ações de prevenção, com exceção da leve retração entre 2020 e 2022. A retomada dos gastos em 2023 alinha o município à média da RI, mas ainda distante dos níveis do estado. A RI Rio Capim, por sua vez, apresenta recuperação significativa, o que pode estar atrelado à ampliação de políticas intermunicipais ou repasses estaduais. O forte avanço no Pará como um todo reflete, provavelmente, ações estruturantes de mitigação de riscos e resposta a eventos extremos, indicando maior priorização do tema na agenda pública estadual (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 330/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Capitão Poço teve valores residuais no período analisado, com despesa passando de R\$ 0,03 em 2019 para apenas R\$ 2 em 2023. A RI Rio Capim apresentou evolução tímida, indo de R\$ 0,11 em 2019 para R\$ 3,64 em 2023. Em contraste, o estado do Pará destinou valores significativamente superior: R\$ 181,5 em 2019, pico de R\$ 278,3 em 2020, queda nos anos seguintes, e retomada em 2023 com R\$ 286,8 por habitante (Gráfico 25).

A expressiva diferença entre os níveis evidencia a baixa priorização da pauta hídrica no município e na região. Mesmo em 2023, os

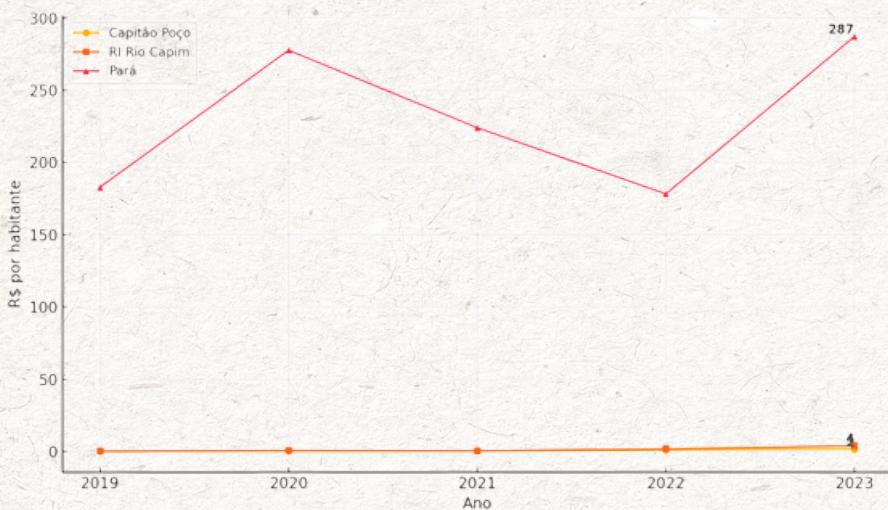
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



valores de Capitão Poço e da RI representam menos de 2% do valor estadual, o que compromete a capacidade de proteção efetiva de recursos aquáticos locais. A ausência de investimento pode impactar negativamente a qualidade da água, os ecossistemas aquáticos e a segurança hídrica das comunidades. Por outro lado, o Pará demonstrou constância e recuperação no investimento, sinalizando reconhecimento da importância da conservação dos ambientes hídricos no estado (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

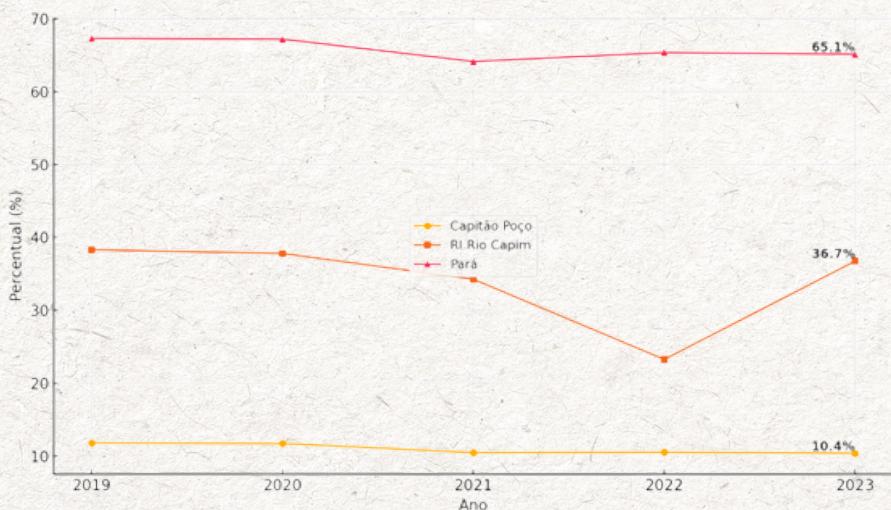
Em Capitão Poço, o percentual da área de floresta oscilou levemente, partindo de 11,9% em 2019, mantendo-se até 2020, e caindo para 10,2% em 2021 e 2022, encerrando 2023 com 10,4%. A RI Rio Capim mostrou mais variação: de 38,5% em 2019 e 2020, caiu para 24,0% em 2022, e se recuperou em 2023 para 36,7%. O estado do Pará manteve níveis elevados ao longo do período, entre 64,6% e 67,3%, encerrando 2023 com 65,1% (Gráfico 26).

Capitão Poço manteve um patamar extremamente baixos de cobertura florestal, o que

sugere histórico de uso intensivo do solo e desmatamento consolidado. A leve queda seguida de estabilidade pode indicar que já resta pouca área a ser suprimida. A RI Rio Capim passou por uma queda acentuada, mas a recuperação recente é promissora. O desempenho do Pará, por sua vez, evidencia um nível de preservação florestal ainda significativo, embora sujeito a pressão crescente. Esses dados reforçam a urgência de políticas de reflorestamento e conservação em níveis local e regional



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

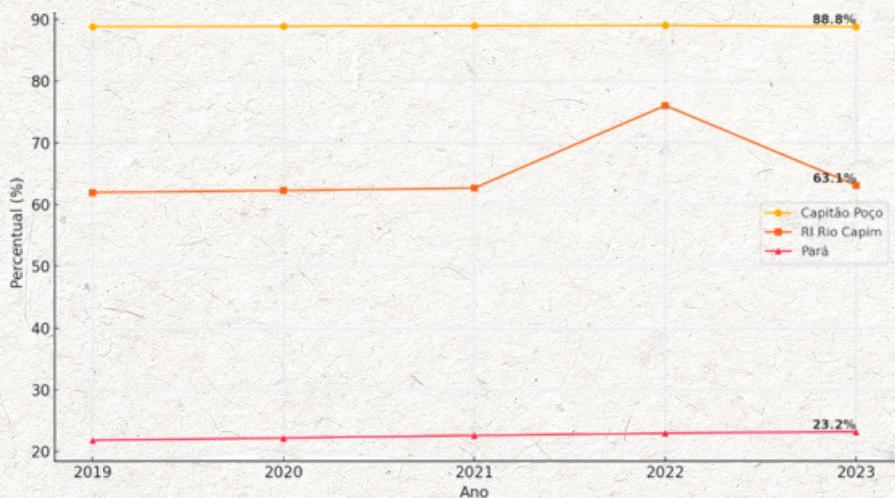
Capitão Poço manteve patamar elevado e estável de área desmatada, com 88,8% ao longo de todo o período de 2019 a 2023. A RI Rio Capim oscilou de 62,0% em 2019 para 63,1% em 2023, atingindo o maior valor em 2022 com 75,8%. Já o estado do Pará permaneceu com os menores índices, variando entre 21,2% e 23,2%, este último registrado em 2023 (Gráfico 27).

A situação de Capitão Poço é crítica, com praticamente todo o território já desmatado, o que representa uma ameaça grave à biodiversidade, ao clima local e à sustentabilidade.

de produtiva. A estabilidade desse percentual mostra que o mostra que o desmatamento histórico se consolidou e que ações de recuperação são indispensáveis. Na RI, a reversão da tendência de alta em 2023 é um sinal positivo, mas os índices seguem muito superiores à média estadual. O desempenho do Pará destaca-se como referência relativa em conservação, embora a pressão sobre as florestas permaneça intensa. A comparação reforça a necessidade de políticas diferenciadas e urgentes para áreas de desmatamento consolidado como Capitão Poço (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

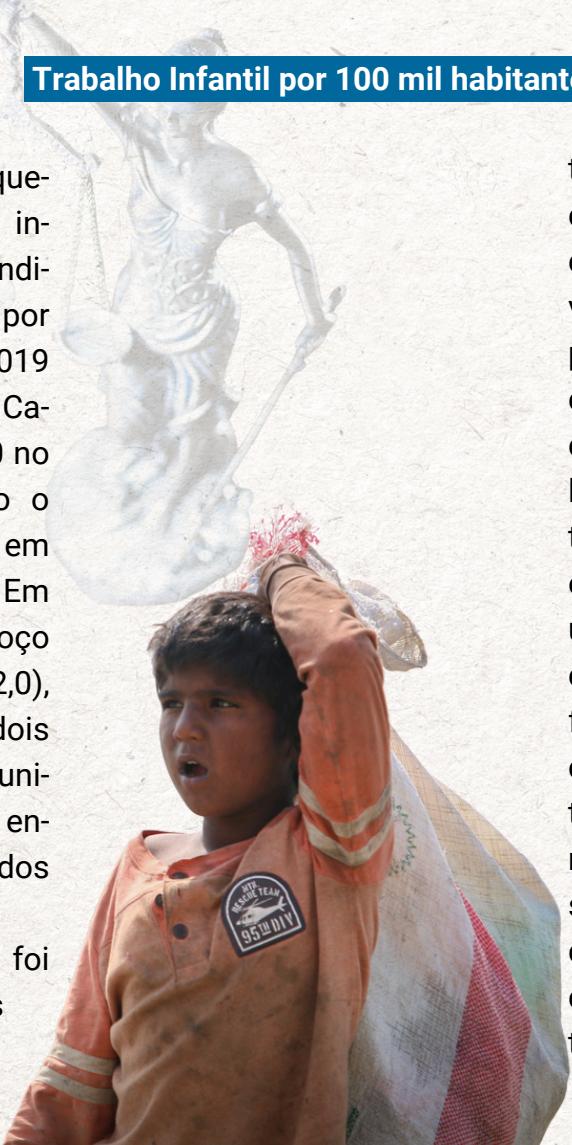
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Capitão Poço apresentou queda expressiva no trabalho infantil entre 2019 e 2023. O indicador caiu de 27,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 7,1 em 2023. A RI Rio Capim reduziu de 31,7 para 9,0 no mesmo intervalo, enquanto o estado do Pará saiu de 39,7 em 2019 para 11,3 em 2023. Em 2020 e 2021, Capitão Poço manteve estabilidade (22,0), mas acelerou a queda nos dois últimos anos. Em 2023, o município registrou a menor taxa entre os três níveis analisados (Gráfico 28).

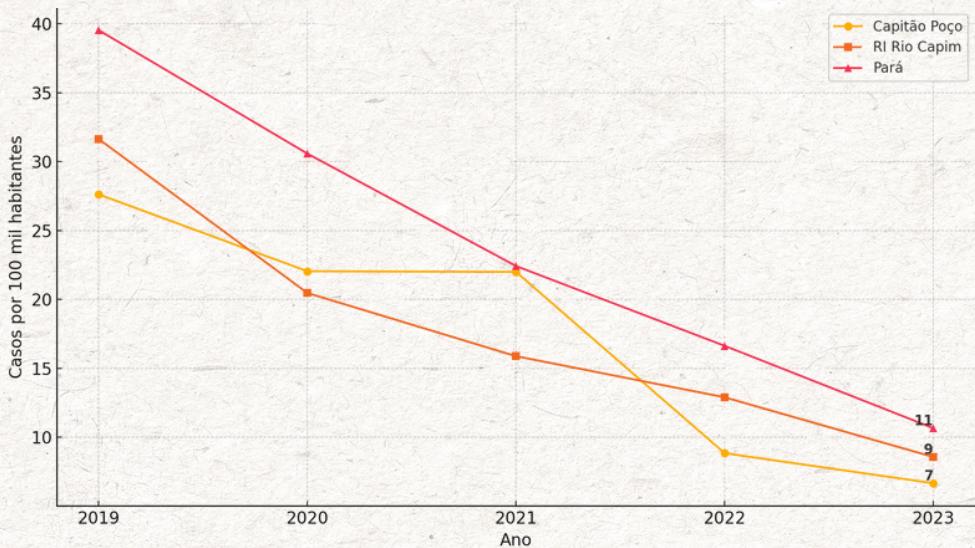
A tendência de redução foi consistente nas três escalas



territoriais, o que sugere avanços em políticas públicas, fiscalização e programas sociais voltados à infância. A diferença percentual entre 2019 e 2023 chega a 74,5% em Capitão Poço, indicando um progresso relevante. O ritmo mais acentuado de redução no município, em relação ao estado e à RI, é um ponto positivo. A manutenção dessa trajetória exigirá reforço nas redes de proteção social, acesso à educação e oportunidades para famílias vulneráveis. Ainda que os números sejam mais baixos em 2023, o desafio permanece na erradicação completa do trabalho infantil (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

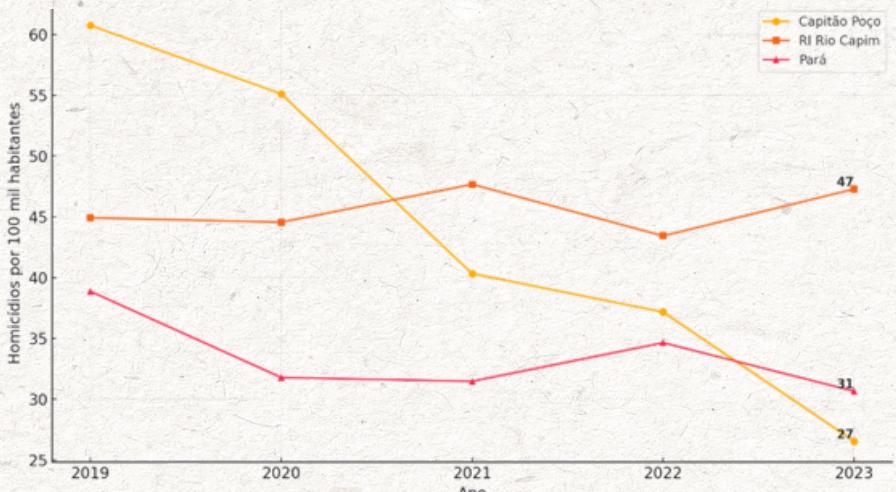
Capitão Poço iniciou o período com elevada taxa de homicídios: 60,7 por 100 mil hab. em 2019. Esse valor caiu progressivamente até atingir 27,3 em 2023, o menor do período. A RI Rio Capim, por sua vez, oscilou entre 44,8 e 47,0, sem tendência clara de queda. Já o Pará registrou uma redução mais moderada, de 39,2 em 2019 para 31,0 em 2023, com leve aumento em 2022. O desempenho de Capitão Poço representa uma queda de mais de 55% em cinco anos (Gráfico 29).

A redução contínua em Capitão Poço pode indicar a eficácia de ações de segurança pú-

blica localizadas, além de possíveis mudanças nos padrões socioeconômicos da região. Em contraste, a RI e o estado apresentaram variações menores e mais instáveis, sugerindo que a violência letal ainda é uma questão crítica em algumas regiões. Apesar da melhora expressiva no município, a taxa de 27,3 ainda supera o nível considerado tolerável pela OMS (10 homicídios por 100 mil hab.). A consolidação dessa queda requer políticas integradas de prevenção, inclusão social e justiça criminal eficiente (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





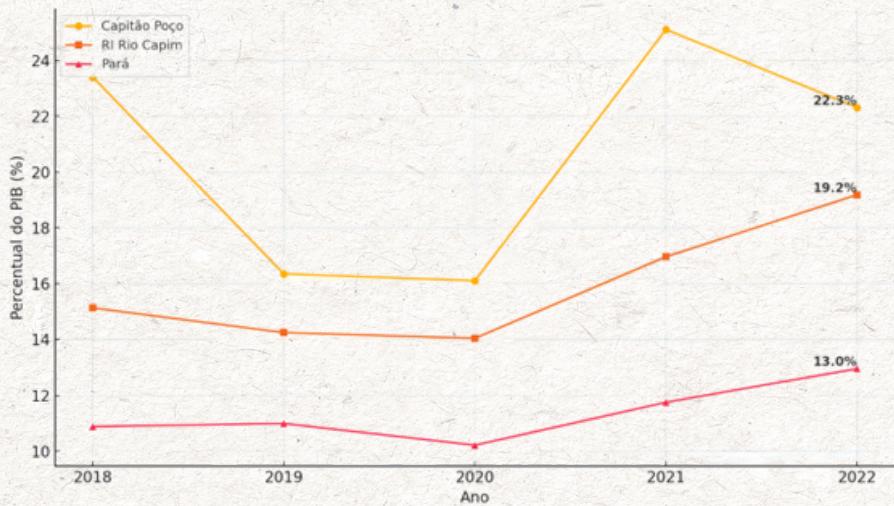
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Capitão Poço, o gasto público em relação ao PIB municipal começou em 23,2% em 2018, caiu para 16,3% em 2019, manteve-se praticamente estável em 2020 com 16,1%, mas subiu acentuadamente para 25,0% em 2021, antes de recuar levemente para 22,3% em 2022. Na RI Rio Capim, o percentual foi mais constante, oscilando de 15,2% em 2018 para 14,0% em 2020, com crescimento nos anos seguintes: 17,0% em 2021 e 19,2% em 2022. Já o estado do Pará iniciou com 10,9%, manteve-se estável até 2020 e subiu gradualmente até atingir 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

A trajetória de Capitão Poço é marcada por

maior volatilidade, refletindo prováveis oscilações orçamentárias e variações no próprio PIB local. O pico de 2021 pode indicar aumento de investimentos públicos, possivelmente impulsionados por transferências emergenciais ou aumento de despesas pós-pandemia. Apesar da queda em 2022, o patamar ainda se mantém elevado e acima da média da RI e do estado. A RI apresentou comportamento mais regular, com crescimento contínuo a partir de 2020. Já o Pará mostra tendência gradual de crescimento, o que sugere fortalecimento institucional progressivo na gestão orçamentária estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Capitão Poço x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



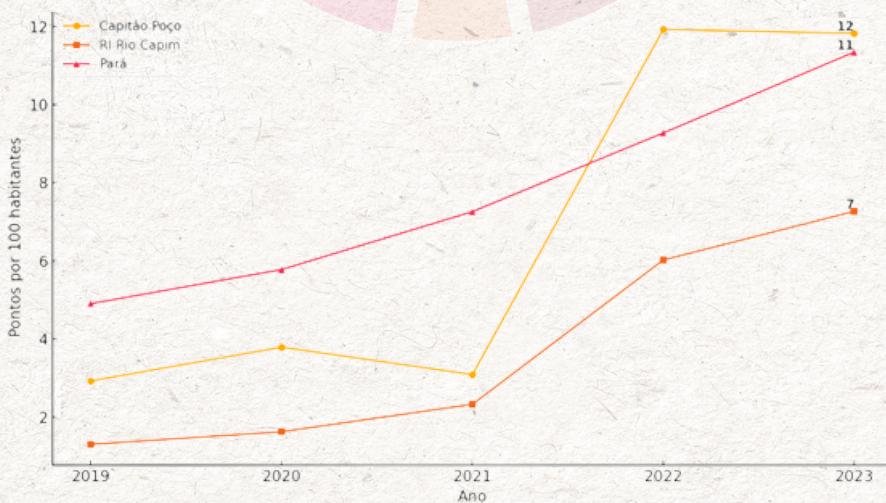
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Capitão Poço iniciou com 2,9 pontos por 100 habitantes em 2019, subiu para 3,8 em 2020, caiu levemente para 3,1 em 2021, mas teve crescimento expressivo para 12,0 em 2022 e 12 em 2023. A RI Rio Capim iniciou o período com 1,3 ponto, evoluindo de forma contínua até atingir 7,0 em 2023. Já o estado do Pará saiu de 4,9 em 2019 para 11,0 em 2023, com crescimento progressivo ano a ano (Gráfico 31).

Capitão Poço superou a média estadual nos dois últimos anos da série, sinalizando avanços relevantes na infraestrutura de conectivida-

de. A disparada entre 2021 e 2022 reflete provável expansão de cobertura ou subsídios ao acesso, especialmente em resposta à demanda gerada pelo ensino remoto e digitalização de serviços. A RI mostra tendência positiva, mas ainda abaixo das demais escalas. O Pará, por sua vez, mantém evolução estável e contínua, indicando política estadual de ampliação da banda larga. O crescimento generalizado revela progressos na inclusão digital, mas ainda persiste desigualdade territorial no acesso (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

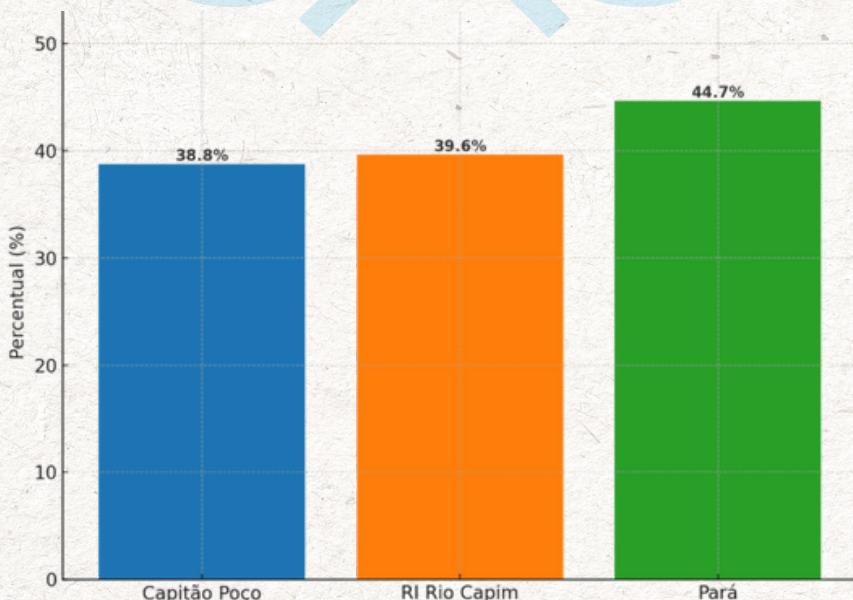
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Capitão Poço** registrou um IDS de **38,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Capitão Poço x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



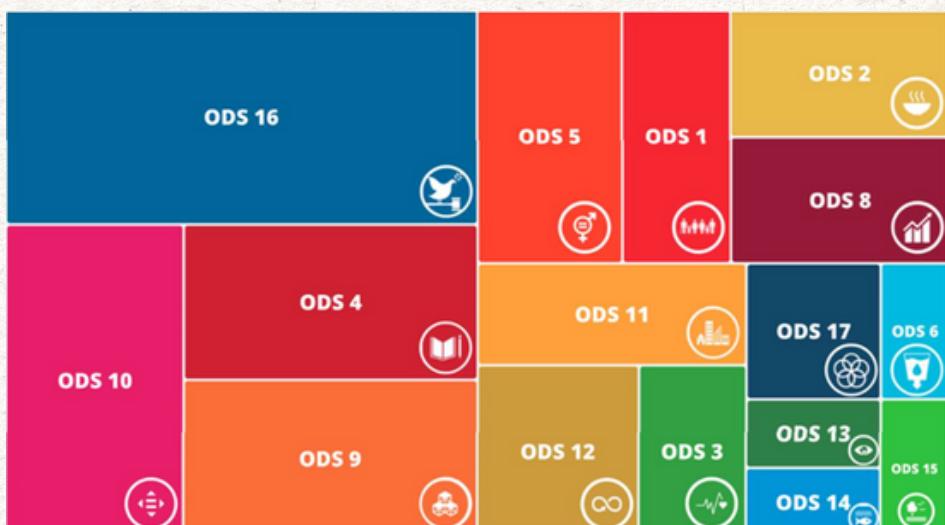
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Capitão Poço na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Capitão Poço e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

